

Educação, Escola e Sociedade

**EDUCAÇÃO, IMPRENSA E SERTÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS:
LUGAR(ES) DE HISTÓRIAS**
*EDUCATION, PRESS AND HINTERLAND OF NORTHERN MINAS GERAIS: PLACE
(S) OF STORIES*

Rita Tavares de Mello¹
Filomena Luciene Cordeiro Reis²
João Olímpio Soares dos Reis³
Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida⁴

Resumo

Este trabalho objetivou investigar a historiografia local, no sentido de pensar a educação, em especial na região norte de Minas Gerais, cujo foco se centrou em Montes Claros desde a década de 1940 a 1980, situado no campo da Educação de Jovens e Adultos. A metodologia constituiu em pesquisa da e na imprensa por meio da análise do jornal Gazeta do Norte e Jornal do Norte, bem como documentos oficiais e memorialistas. Os resultados apontam o modo como as trajetórias da educação foram construídas, marcadas pela coibição política e pedagógica em uma época em que o sertão do Norte de Minas Gerais era considerado uma região de “resistência habitual ao analfabetismo”, o mais “grosseiro e indisciplinado”, desamparado e excluído dos benefícios, ou porque não dizer, abandonado à própria sorte em relação a diversos aspectos e, principalmente em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-Chave: História. Imprensa. EJA. Norte de Minas Gerais. Montes Claros.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia e professora da Universidade Estadual de Montes Claros e das Faculdades Integradas do Norte de Minas.

³ Doutorando em Educação da Universidad Católica de Santa Fé - Argentina e professor da Universidade Estadual de Montes Claros.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

Abstract

This work aimed to investigate the local historiography, in the sense of thinking about education, especially in the northern region of Minas Gerais, whose focus in Montes Claros focused since the 1940 to 1980, situated in the field of adult and youth education. The methodology was in the press through the analysis of the Newspaper Gazeta do Norte and the North, as well as official documents and memorialistas. The results show how the trajectories of education were built, marked by political and pedagogical halting at a time when the Northern sertão of Minas Gerais was considered a "habitual resistance to illiteracy", as "rude and undisciplined", helpless and excluded from the benefits, or why not say, abandoned to their fate in relation to several aspects and, especially in relation to the EJA.

Keywords: History. Press. EJA. North of Minas Gerais. Montes Claros.

INTRODUÇÃO

Considerando que, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo carregado de complexidades, cujos sujeitos sociais, que fazem parte dessa modalidade, estão imersos em uma dinâmica social e cultural, que se desenvolvem em meio a lutas, conflitos, organizações, práticas e movimentos sociais desencadeados pela ação ao longo da história, este estudo teve como objetivo analisar o cenário e a história da EJA em Montes Claros, cidade localizada no norte de Minas Gerais, focando o recorte temporal de 1940 a 1960, expandido suas alusões até 1980.

A mesorregião Norte de Minas é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais, formada pela união de 89 municípios, agrupados em sete microrregiões. Possui uma área de 128.454,108 km² habitada por 1.614.971 de pessoas (IBGE, 2010), com densidade populacional de 12,57 habitantes por km², sendo que a maior concentração se encontra no município de Montes Claros, aproximadamente 25% do total regional da população.

O Norte de Minas é um espaço singular no contexto estadual, a maior parte dos estudos acadêmicos relaciona a região com a pobreza, a seca, o isolamento regional, o analfabetismo, a dependência dos recursos da União e do Estado. Segundo Gervaise, "(...) o Norte de Minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado, a imagem de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza a metade norte do Estado" (GERVAISE, 1975, p.19).

É uma região com economia dividida entre industrial, prestação de serviços, agropecuária e pecuária. A cultura norte-mineira é considerada rica, pois carrega uma diversidade própria que a difere das demais regiões brasileiras. Ela contempla, hoje (2017) várias instituições superiores de ensino público.

Nesse sentido, considerando a proposta desta pesquisa, avaliamos que, as políticas educacionais pensadas para a região, quase sempre, estiveram atreladas a interesses políticos em detrimento das reais necessidades de reverter o alto índice de analfabetismo da região e, nesse contexto se insere Montes Claros. Para pensar sobre essa questão, nossa fonte de pesquisa se constituiu na imprensa por meio dos jornais Gazeta do Norte.

OS PRIMEIROS TEMPOS DA INSTRUÇÃO EM MONTES CLAROS: UM BREVE ESTUDO

A educação, concebida como uma atividade social, política e humana, promotora do desenvolvimento integral do indivíduo, capaz de despertar a consciência no exercício da cidadania, é desrespeitada pelo não cumprimento dos dispositivos legais existentes, tornando um privilégio de poucos, em detrimento de uma parcela considerável da população, mantida à margem do processo educacional. Considerando que, a educação é direito de todos e dever do Estado, essa, deve ser prioridade dentre os desafios enfrentados pelo país para se consolidar enquanto nação em desenvolvimento. Sendo assim, é impossível conceber a ideia de crescimento sem que a educação seja um dos alicerces para a construção justa e democrática de toda a sociedade.

A inexistência de diagnóstico global da educação em Montes Claros, a indefinição da competência do município, o não atendimento à demanda da população em idade escolar e da população adulta analfabeta, são alguns fatores que contribuíram para o agravamento da situação educacional referente à época pesquisada.

Retomando os primórdios da constituição da cidade, alguns acontecimentos foram relevantes como o fato do, então, arraial de Formigas ter sido elevado à categoria de vila com Câmara, agente executivo e instância judiciária, passando a denominar-se Vila de Montes Claros das Formigas, pertencendo à Jurisdição do Serro Frio (VIANNA, 1916, p. 169). Em 16 de outubro de 1832, instalou-se efetivamente a vida administrativa da Câmara e, em 03 de julho de 1857, o título de cidade foi obtido pela lei provincial nº 802, com valor apenas honorífico, dentro do contexto do Império.

Paralelamente a esses acontecimentos, no curso da história, mais precisamente em 1830, ocorre a criação da primeira escola pública, cujo primeiro professor foi o capitão Joaquim José de Azevedo (PAULA, 1957). Posteriormente, foi nomeado Luiz José de Azevedo em substituição ao capitão, lecionando por pouco tempo, visto que, fora denunciado ao Estado como pouco afeito a compromissos, sem aptidão e desleixado. A escolinha foi suspensa, avolumando a classe particular do padre Felipe Pereira de Carvalho que aceitava alunos que pagavam \$500 por mês (PAULA, 1957).

Conforme o autor, desde os primeiros tempos, os mestres particulares cuidavam de alfabetizar os filhos do arraial das Formigas, nesse aspecto, ressalto que, os “filhos do arraial” pertenciam a famílias abastadas, ricas e tradicionais. Esses, podiam pagar pela instrução, sendo que, as poucas oportunidades de educação formal se restringiam a escolas e professores particulares.

Sobre os primeiros tempos da instrução no município, assim se refere Viana, escritor e memorialista da cidade: “A lei provincial nº 60, de 18 de agosto de 1837, criou diversas outras cadeiras de instrução primária na vila de Formigas, começando-se desta maneira, a ser difundida a luz que encaminha a inteligência ou lhe serve de farol” (VIANA, 1916, p. 58), fazendo alusão à criação da primeira escola pública que, como já abordado, permaneceu por pouco tempo. Essas escolas eram para o sexo masculino, pois somente a partir de 1848 é que, algumas alterações começam a ocorrer na vida da mulher brasileira “passa para a sala de visitas, para o teclado dos pianos desafinados e para os peitorais das janelas, que chegam a ficar lustrosos, pelo constante debruçar-se” (SILVEIRA; COLARES. 1999, p. 31).

Um grande passo para o progresso da cidade foi a criação da Escola Normal de Montes Claros, em 1879, tendo sido instalada em 21 de fevereiro de 1880, suprimida pelo decreto 1788, de 31 de janeiro de 1905, retomando suas atividades somente em 1915.

Ao pesquisar as atas, projetos, pareceres e correspondências da Câmara Municipal de Montes Claros, chamou-nos a atenção, a notícia da criação de uma escola noturna no povoado da fábrica do Cedro, distrito da cidade de Montes Claros. A citada escola foi instituída pela lei provincial nº 2992, no ano de 1890, a cargo do professor Cesário Gabriel Prates, o mestre Cesarinho, que faleceu em 1914 e, segundo dados, permaneceu no exercício dessa função até o ano de seu falecimento. Essa foi a única referência a qual tivemos acesso sobre o ensino noturno da época, o que nos leva a crer que, o motivo para a criação dessa escola seria o grande número de analfabetos no referido período.

O século XX chegou inaugurando um novo tempo em Montes Claros, vida urbana, novos valores, lamparinas à base de azeite e lampiões de carbureto deram lugar à iluminação elétrica. Conforme Brito (2002), era o avanço do progresso, em 1917 foi inaugurada a luz elétrica na cidade, impulsionando melhoramentos para a cidade e região. A iluminação elétrica, como símbolo da entrada do progresso em Montes Claros, introduziu novos costumes na população. Os hábitos sociais modificaram, o progresso chegou e acabou com as festas populares.

Montes Claros possuía uma sociedade hierarquizada e conservadora, marcada por relações de passividade. Apesar de não existir grandes discrepâncias sociais, pois de acordo com Paula (1957) não havia ricos muito ricos e pobres demasiadamente pobres. A pobreza prevalecia, a penúria era disfarçada e os costumes rurais permaneciam. Boa parcela da população aceitava “passivamente” a condição de desigualdade social e admirava o discurso produzido por uma elite, que garantia a ordem social, cujas manobras astuciosas eram frutos de uma herança política, usada para a promoção do progresso. Contudo, a nosso ver, esse era um progresso excludente, que defendia os interesses específicos de uns poucos letrados, cabendo à população a função de legitimar e consentir os desejos desse pequeno grupo. Essa postura de subserviência garantia a manutenção de privilégios e de controle do poder, visto que, o analfabetismo, a pobreza e o baixo nível de instrução eram marcas que distinguiam os trabalhadores rurais, comerciantes e fazendeiros. Outro aspecto relevante é que, em Montes Claros, a maioria da população não tinha acesso aos educandários, pois as poucas escolas existentes eram particulares, com alto custo de mensalidades, impedindo que, um número considerável de pais e filhos de trabalhadores rurais e urbanos tivesse acesso a esse benefício, o anúncio da Gazeta do Norte atesta tal situação:

Collegio Montes Claros.

Graças a feliz iniciativa de um grupo de distintas senhoras de nossa elite social, algumas das quaes, já afeitas à nobre missão do magistério, teremos em breve nesta cidade a fundação de um collegio que certamente virá prestar os mais valiosos serviços à nossa terra e preencher uma lacuna aqui existente. Realmente Montes Claros, afóra o grupo escolar e duas escolas isoladas na cidade, não se conta um estabelecimento de ensino onde possam as nossas creanças obter as luzes necessárias à luta pela vida cada vez mais difficil, nestes difficeis tempos que ocorrem. Digna pois, de todo o auxilio é essa iniciativa que em breve será convertida em realidade, da criação de um collegio que certamente terá o maior êxito comprovadas como são a

competencia e operosidade das distintas e ilustres senhoras que vão tomar o encargo de realizar tão utilcreação. Sabemos que constituirão o corpo docente as exmas. Snras. DonaDona Ernestina Spyer, Julia dos Anjos, Joanna Versiani dos Anjos, Luisa Prates, Antonieta Versiani dos Anjos e Arabella de Andrade, tendo sido convidadas outras senhoras. Damos os nossos parabéns a Montes Claros, enviando daqui um brado de animação a tão distintas senhoras. (GAZETA DO NORTE, nº 43, 26 abr. 1919, p.1).

As duas reportagens, acima, confirmam que, na cidade, só existia um grupo escolar e outras duas escolas isoladas e particulares. As que estavam sendo instaladas ou que, em breve, seriam, eram particulares, excluindo, mais uma vez, os filhos de operários e trabalhadores rurais que, certamente, não podiam arcar com as mensalidades, vivendo à margem de uma sociedade, na qual, o poder se concentrava nas mãos da elite montes-clarense. Nesse sentido, a educação era limitada a poucos, os filhos da classe dominante, invariavelmente, faziam seus primeiros estudos nas escolas existentes na cidade e os completavam nas capitais, onde concluíam seus cursos de graduação. De fato, constatamos uma situação de segregação, que impedia às classes menos privilegiadas de terem acesso à educação formal.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM OLHAR ATENTO

As escolas isoladas já não atendiam aos interesses republicanos, uma vez que, os mesmos defendiam a ideia de uma escola com uma nova forma de organização, denominada Grupo Escolar. Nessas escolas, os alunos seriam reunidos em um único prédio, onde todos receberiam instrução de boa qualidade. Conforme abordado anteriormente, até o ano de 1909 só havia na cidade de Montes Claros escolas isoladas e particulares. Somente no citado ano é que foi criado pelo Decreto nº 2352 de 05 de janeiro de 1909 o Grupo Escolar Gonçalves Chaves e mais, precisamente, no dia 02 de julho, foi de fato instalado. Inicialmente, funcionava em um espaço improvisado e, em 1927, passou a funcionar no prédio próprio, cuja arquitetura fora espelhada nas exigências propostas para os demais grupos escolares mineiros, porém, com algumas distinções destes, conforme aludido, anteriormente. No início, a escola possuía apenas oito assentos e funcionava em um único turno de quatro horas. Não havia aulas as quintas e aos domingos (PAULA, 1979).

Ressalta-se que, até o ano de 1906, quando fora proposto o modelo mineiro de grupo escolar, o ensino elementar era bastante precário e ocorria em escolas isoladas ou aulas avulsas, conforme descrito pelos jornais e documentos oficiais da época. Nelas faltavam,

entre outras coisas, materiais escolares, carteiras, professores e espaços apropriados. Os salários dos professores eram baixos e esses, ainda arcavam com as despesas das casas, onde funcionavam as escolas (FARIA FILHO, 1996). A gestão escolar em Minas Gerais se baseou em modelos das escolas de São Paulo e de outros países mais desenvolvidos. Acreditava-se no poder da escola como local ideal para disseminar a moralidade, a civilidade e o fortalecimento na crença da nova ordem social vigente. Minas Gerais, assim, organiza o seu modelo de grupo escolar⁵.

O primeiro Grupo Escolar Gonçalves Chaves funcionou, cerca de vinte e um anos, em um espaço improvisado, onde, atualmente, é o Museu Histórico do Norte de Minas. Entretanto, o prédio escolhido e adquirido pela municipalidade tinha certo *status* social para a comunidade montes-clareense. Esse mesmo espaço fora usado para o funcionamento da Escola Normal e localizava-se na região central da cidade, onde moravam as famílias mais abastadas. Segundo Durães (2007), nos primeiros anos de sua implantação, houve uma resistência por parte das famílias aos métodos pedagógicos propostos pelo educandário. Mesmo anunciando, que iria retirar as crianças da rua e formar cidadãos republicanos civilizados, a frequência escolar foi bastante baixa. Em relação a essa baixa frequência, o Jornal de Montes Claros publicou:

O senhor diretor do Grupo Escolar, como parece ali, em confissão espontânea, ficou dito que o grupo não tem a frequência que devia ter; que sua matrícula é, na maior parte, de alunos pobres e paupérrimos, de modo que alternam demais a frequência e muitos lá nunca foram (JORNAL DE MONTES CLAROS, 29 jun. 916, p 2).

Mediante o exposto, verificamos algumas evidências de que, apesar de toda aparente vantagem e qualidade oferecidas pelo grupo escolar, os alunos “pobres e paupérrimos”, como citado na reportagem, moravam em bairros distantes, com uma realidade totalmente diferente

⁵Faria Filho (1996) relata que no período de 1902 o inspetor Estevam de Oliveira volta maravilhado de São Paulo, após observar algumas instituições de instrução primária da capital São Paulo. Tais instituições criadas em São Paulo eram os grupos escolares. Após esta visita, o inspetor torna-se um “defensor” da criação dos grupos escolares. Para ele, aquele modelo institucional representava uma forma de organização moderna e eficiente do ensino primário. Ele teve em suas críticas contra o “antigo” modelo de organização o apoio de inspetores escolares, uma boa parcela de políticos e autoridades republicanas.

das famílias do centro, hábitos próprios e que, provavelmente, eram tratados de forma desigual, o que acabava por lhes colocar numa situação de exclusão naquele novo espaço.

A arquitetura escolar em Montes Claros, idealizada pelo projeto Mineiro de Grupo Escolar, foi concretizada depois de vinte e um anos, com a inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Gonçalves Chaves, o qual permanece até os dias atuais. Ainda no período mencionado, houve a implantação do colégio Imaculada Conceição, fundado pelas pioneiras da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, vindas da Europa em 1907. Esse educandário, por sua disciplina, formação religiosa e qualidade de ensino, se tornou referência para a sociedade da época e, ainda hoje, é uma instituição de grande prestígio na cidade. No período em que, o Colégio Imaculada foi inaugurado, a Escola Normal encontrava-se fechada, isso reforçou o interesse das famílias tradicionais da cidade em matricular suas filhas na instituição, visto que, os familiares desejavam uma educação esmerada para as filhas e que elas se tornassem normalistas, formação aspirada para as mulheres na época. Também existiam moças pobres, que sonhavam em ser professoras. No entanto, não podiam arcar com a mensalidade e as próprias despesas, pois o ensino oferecido pelo colégio era em regime de internato e pago. Assim, as que não podiam pagar pelo ensino, na maioria das vezes, assumiam os afazeres domésticos, como lavar, cozinhar e arrumar todo o prédio, em troca dos estudos na citada instituição.

Outros estabelecimentos de ensino surgiram em Montes Claros, especialmente a partir da década de 1930, como, por exemplo, o Instituto Norte Mineiro de Educação, fundado em fevereiro de 1936, patrocinado pela Associação Comercial de Montes Claros, para que se tivesse uma escola de comércio. Essa escola passou por diversas crises financeiras e, para não encerrar as atividades educacionais oferecidas aos alunos, os professores ficaram sem vencimento por vários meses. Diante disso, criaram uma sociedade de quotas, composta por trinta e um sócios, possibilitando a ampliação do programa de ensino, passando a oferecer curso primário, ginásial e comercial.

O Colégio Diocesano Nossa Senhora Aparecida foi criado em 1928, sendo que, em outubro do mesmo ano, ocorreu o primeiro exame de admissão ao ginásio. Para melhor atender as necessidades do educandário, organizou-se a sociedade Ginásial Municipal por quotas limitadas, aumentando o professorado e arrendando o prédio por dez anos (PAULA, 1957). A instituição oferecia o curso ginásial, o científico e o comercial, nos períodos diurno e noturno.

Na década de 1940, duas escolas estaduais foram instaladas em prédios adaptados, o Grupo Escolar Carlos Versiani e as Escolas Reunidas Francisco Sá, posteriormente denominada Grupo Escolar Francisco Sá. Em fins de 1955, foi criado pelo governador do Estado, Clóvis Salgado, em prédio alugado, o Grupo Escolar Dom Aristides de Araújo Porto, que se destinava a servir a população do bairro Bonfim, situado além da via férrea. Destaca-se que, na década, Montes Claros contava com mais de vinte mil habitantes e que, 50% dessa população era analfabeta, ou seja, o número de escolas era insuficiente para atender a demanda, sem contar a burocracia para contratar as professoras⁶.

Em relação à escola noturna para adultos, o projeto de Lei da Câmara Municipal de Montes Claros nº 46/1951 confirma a existência de uma escola localizada na sede da União Operária e Patriótica de Montes Claros, cujo Artigo 2^a dispõe: “Fica criado no quadro do funcionalismo Municipal mais um cargo de professora de terceira classe com vencimentos de Cr\$ 4.800,00” (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 1951, s.p.). Naquele período, as escolas eram monitoradas permanentemente, as classes deveriam se manter com um número de quarenta a cinquenta alunos. Caso houvesse uma diminuição dessa frequência, imediatamente, eram tomadas providências, como a redução de classes, conforme consta no ofício do Gabinete do Secretário da Educação e Saúde Pública de Belo Horizonte, de 10 de agosto de 1940, dirigido ao prefeito da época:

Prezado amigo,

Prefeito Antônio Teixeira de Carvalho:

Saudações cordiais.

Em resposta ao seu ofício, comunico-lhe que a redução de classe no grupo dessa cidade decorreu de dispositivo regulamentar, segundo o qual cada classe deve ter de 40 a 45 alunos, conforme o ano em curso. Esta medida, entretanto, não significa que tenha caráter precário a permanência no grupo das professoras que se refere. Ficarão elas disponíveis, para o exercício de substituições eventuais, até que a matrícula justifique a constituição de classes para sua regência.

Com todo apreço, sou Cristiano Silva (GABINETE DO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DE BELO HORIZONTE, 10 ago. 1940).

⁶A população urbana de Montes Claros era de 15.316 pessoas em 1940, 21.243 em 1950 e 43.097 em 1960 conforme os censos Demográficos de 1940 e o Anuário Estatístico de 1980.

Da população urbana em 1950, apenas 50% sabiam ler e escrever segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. RJ: IBGE, 1959.

As escolas municipais, no período pesquisado, também eram reduzidas. A maioria atendia a zona rural. Para que funcionassem, deviam ser submetidas a um trâmite legal, processo bastante demorado, que comprometia o imediato funcionamento das instituições. Nesse contexto, convém ressaltar que, a criação dessas escolas só se concretizava após insistentes pedidos, às vezes, súplicas por escrito dos proprietários das fazendas, aos vereadores. Por ser o político com cargo eletivo mais próximo do eleitor, os vereadores eram os intermediários nas reivindicações, segundo atesta carta de próprio punho de uma senhora proprietária de uma fazenda próxima à cidade,

Clarinha, 24 de março de 1948.

Exmo. Sr.

Dr. Pedro Santos

Vereador da Câmara Municipal de Montes Claros. O motivo de minha carta é fazer chegar a V. Excia. Um **apêlo**. Proprietária e residente da fazenda Clarinha, distrito de Juramento, acompanhando de perto, o abandono em que se encontram as creanças residentes nas vizinhanças de minha fazenda, sinto que é meu dever levar aos poderes municipais conhecimento do número de creanças em idade escolar e, ao mesmo tempo, **suplicar** a criação de uma escola naquele local. Já fiz este pedido ao Sr. Prefeito Municipal que nos afirmou ser tal caso da alçada da Câmara Municipal e pelo intermédio de V. Excia levo aos seus dignos pares o meu pedido. O número de creanças até agora apresentado é de 64 e eu me comprometo a construir o prédio para o seu funcionamento. Sugiro para a escola o nome do padre Rafael Gomes, filho ilustre desta terra, já falecido, e indico o nome de minha filha para como professora dirigi-la. Esperando que este meu anseio encontrará da parte da Câmara Municipal a melhor acolhida e da sua, um apoio decidido,
Subscrevo-me

Atenciosamente

(CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 1948, s/p.).

Em outro Projeto de lei, que dispõe sobre o Ensino Rural Municipal, cujos artigos abordam sobre o período de atividade escolar, os alunos, os exames e também sobre o conselho escolar, um item referente às professoras chama a atenção:

Das Professoras;

Art. 8º- As professoras serão contratadas ou nomeadas segundo a seguinte ordem de preferência; normalista, professora com diploma de Escola Rural, professora com diploma de regente de classe e professora com curso de suficiência.

§1º-O aproveitamento da professora com curso de suficiência, obedecerá a ordem de classificação, nos exames feitos, e, no caso da professora classificada não aceitar o cargo para a escola a que foi destinada será chamada a seguinte classificada.

§2º- O Poder Público Municipal estudará a maneira de melhor premiar as professoras que mais **se sobressaírem, em dedicação, assiduidade, eficiência e zelo.**

§3º- Quando a frequência de alunos excederem de 50 (cinquenta) poderá a mesma professora lecionar em segundo turno, de acordo com **entendimentos com as autoridades municipais** (PROJETO DE LEI DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS nº 64/ 1951) (Grifos nossos).

Fica evidente no documento acima que, existia uma forte relação de dependência com o poder público municipal, primeiro, pela contratação das professoras, que seguia uma ordem de preferência; segundo, pelos critérios de premiação, que não aparecem devidamente esclarecidos, apenas induzindo que teriam que ser dedicadas, eficientes e zelosas; e, por fim, a exigência de um entendimento com as autoridades municipais, caso as turmas excedessem uma frequência de cinquenta alunos, e as professoras tivessem, por esse motivo, que lecionar em um segundo turno. Nesse sentido, subtende-se a ideia de que, haveria um provável “acordo” salarial com as autoridades municipais para a contratação de professoras, explícito, principalmente no último parágrafo do artigo. Também constatamos indicativos de exploração das professoras rurais na época, quando é estabelecido um convênio do Estado com os municípios pelo Decreto nº 5.528 de fevereiro de 1959, em um dos seus artigos, letra “E”, o qual afirma “pagar à professora municipal rural, no mínimo vencimento igual a **dois terços** do vencimento da professora estadual da mesma categoria” (MINAS GERAIS, 1959, p. 05) (grifo nossos).

Naquela época, já se percebia a situação de penúria vivenciada pelas professoras rurais. Essas, além de se sujeitarem a todos os rigores da administração, eram consideradas menos aptas do que aquelas que, funcionárias do Estado, portanto, deveriam receber apenas dois terços do vencimento para exercer essa “nobre missão”, o que propicia compreender os mecanismos de poder que engendraram a (con)formação das identidades profissionais do ser “professora” (CHAMON,2005).

Nesse contexto, avaliamos o poderio das autoridades públicas, que há muito já se estabelecia. Os resquícios do coronelismo, que constituiu a cidade, desde sua origem, eram perpetuados nas ações do poder público, que submetia as professoras as disposições autoritárias, categorizando-as em merecedoras ou não de premiações de acordo com o seu

desempenho. Pereira (2002), descreve que, é nessa cidade marcada pelo desemprego, deficiência dos serviços de água, esgoto e iluminação, analfabetismo e carestia, que a figura do “coronel” encontrou espaço para se afirmar. A cidade “era desprovida de renda, serviços públicos decentes e instrução razoável” (PEREIRA, 2002, p. 64). Confirmando essas ponderações, que apontam evidências de descaso para com a população menos favorecida, constatamos que, a postura daqueles que detinham o poder não revelavam real preocupação e interesse em atender as questões referentes ao analfabetismo, cujas taxas alcançavam índices alarmantes, mas sim, perpetuar o sistema de dominação existente na cidade.

A EJA NA IMPRENSA DE MONTES CLAROS: UMA AMOSTRA DE POSSIBILIDADES

As leituras e análises das edições do jornal Gazeta do Norte referentes ao período pesquisado possibilitaram conhecer e distinguir a postura desse periódico. A partir dessas análises percebemos que, a Gazeta possuía uma estética gráfica atraente para a época e para a região. Tinha caráter mais liberal do grupo que representava, deixando transparecer uma imprensa moderna e atuante.

Em Montes Claros, os jornalistas eram profissionais liberais (médicos, advogados e empresários) pelo teor das matérias e diversidade dos temas observamos, que se tratavam de pessoas socialmente influentes. Os jornalistas tinham acesso a informações estratégicas, não assinavam as matérias, estas, aparecem apenas com os nomes dos redatores, quase sempre com pseudônimos. Para os jornalistas, não assinar a reportagem era uma forma de ocultar a identidade e, assim, conceder ao jornal, como um todo, um caráter imparcial. Quando a Gazeta do Norte foi instalada, em 1918, Montes Claros já estava engajada na luta pela civilização advinda da instrução e da educação. Naquela época, a cidade contava com um Grupo Escolar, o “Gonçalves Chaves”⁷, duas escolas isoladas, a do bairro Malhada e a do bairro Morrinhos, e uma escola municipal noturna.

Em função de ideias e concepções gestadas nos séculos anteriores, durante o século XIX, representações diversas foram disseminadas em torno da instrução, educação e alfabetização. Nesse contexto, o Brasil focou a alfabetização como uma preocupação

⁷ O Grupo Escolar Gonçalves Chaves é o primeiro a ser instalado em Montes Claros. Criado em 1909, pelo decreto 2352/1906, constitui-se como a primeira instituição a representar os ideais republicanos de educação. O seu prédio, construído em 1927, apesar de não apresentar a imponência de outros grupos escolares do Estado de Minas, materializou o discurso urbano de modernidade pretendida pela República (AGUIAR; DURÃES, 2007).

nacional, um problema que merecia a atenção de todos que pudessem contribuir para extirpar a mácula, que significava a presença maciça dos analfabetos. Todos assumiram essa bandeira de luta, especialmente os governos, os órgãos da imprensa e os intelectuais, visando reverter o estado de analfabetismo da população.

O analfabetismo era considerado um dos grandes problemas do país, se colocava como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento. Dessa forma, questões ligadas à decadência moral, doença, falta de civismo, vadiagem, criminalidade e atraso eram relacionadas ao analfabetismo da população. Em função de não dominarem a leitura, as pessoas desconheciam os conhecimentos produzidos pela ciência, o que as colocava nas trevas da ignorância, sem consciência dos seus direitos e deveres. Em consequência da condição individual dos cidadãos pouco escolarizados e, por isso, considerados inconscientes dos seus deveres e direitos, não se poderia avançar, desenvolver e construir uma nação grande e próspera.

Na perspectiva individual, a instrução e a alfabetização apresentavam-se como condição para a construção do civismo, do amor à Pátria e de uma série de elementos integradores das pessoas no ambiente social prestigiado. Do ponto de vista coletivo, saber ler e escrever favorecia o progresso econômico e social do país, que somente se consolidaria como nação civilizada, quando se tornasse capaz de educar e alfabetizar a todos, espalhando as luzes da razão e do conhecimento. Portanto, a instrução, a educação e a alfabetização foram construídas como signos da modernidade. Eram elementos positivamente associados à ideia de civilização e progresso, ao contrário do analfabetismo, que passou a ser compreendido como fator de atraso, imobilização e escravidão.

O Jornal Gazeta do Norte, nas primeiras décadas do século XX, corroboram com a ideia de que o analfabetismo era visto como mácula vergonhosa, enigma causador de uma série de outros problemas. Ao combatê-lo, o jornal defendia o acesso ao conhecimento como condição, que favoreceria formar pessoas integradas ao meio social, consciente de suas responsabilidades e direitos, produtivas e aptas para o trabalho. A pessoa instruída tornava-se socialmente útil, colaborando para o desenvolvimento e o progresso da nação, “o caracter de um povo sem instrucção é um poço de misérias humanas: é a mentira com todo o seu cortejo de intrigas; é a bajulação e a hypocrisia de mãos dadas; é o roubo e o assassinato em confabulações; é a sedução e a deshonra do lar” (GAZETA DO NORTE. nº 75, 13 dez. 1919, p. 2).

Para o jornal, o analfabetismo era um mal e representava as trevas e a ignorância. Era a causa da escravização e da subserviência das pessoas, produzia a mentira, a bajulação,

conduzia à desonra e ao crime. O analfabetismo, apesar de ser visto como uma condição atribuída ao sujeito, para o jornal, conforme ficam evidentes nas citadas reportagens, produzia consequências para si e a coletividade. Essa era uma situação, que colocava o analfabeto em nível de inferioridade e conferia à cidade uma posição de atraso. Era preciso “desanalfabetizar”, tirar o sujeito dessa condição desqualificada, colocá-lo no lugar daqueles que usufruíram de um bem cultural. Veloso (2008), parafraseando Soares, afirma:

Por não serem usuais, as palavras “desanalfabetizar” e “desanalfabetização” provocam estranhamento, apesar de estarem inseridas em um campo semântico familiar (alfabeto, analfabeto, alfabetizar, alfabetizado, alfabetização, analfabetismo) e indicar a possibilidade de construção de sentidos associados a esses usos e significações que nos são contemporâneas (VELOSO apud SOARES, 2003, p.115).

Produzida como signo da modernidade, a alfabetização era requisito para a liberdade, condição para as pessoas fazerem escolhas autônomas e conscientes. Além da apatia, a falta de instrução era concebida como fonte de grandes “calamidades sociais”, como a traição, suborno e desrespeito às leis, elementos que constituíam entraves para que, as pessoas se unissem e conhecessem sua verdadeira força. Desse modo, a instrução seria a redenção da sociedade frente aos problemas relacionados à vadiagem, por meio dela, os homens poderiam tornar-se produtivos, assumirem cargos e prestarem relevantes serviços à coletividade. Confirma a reportagem,

O combate ao analfabetismo é sem dúvida uma das mais nobilizantes funções dos governos bem intencionados. Instruir o cidadão; iluminar o seu espírito, torná-lo apto ao commercio das idéias pela palavra escripta, habitual-o a ler e a comprehender, a houver novos conhecimentos, torná-lo útil e prestativo à sociedade, é, sem dúvida obra de patriotismo (GAZETA DO NORTE, 28 maio 1921, p. 2).

No período em que o funcionamento da Escola Normal, ainda, não estava regularizado⁸, os discursos do jornal orientaram-se pela lógica de uma campanha de

⁸ A irregularidade do funcionamento da Escola refere-se à inconstância das atividades, dada a suspensão do trabalho no final de 1918 em função do surto de gripe espanhola, sem que tivesse “diplomado” nenhuma de suas alunas, e das inúmeras tentativas de reabertura mal sucedidas. Gazeta do Norte. nº 141. 19 de março de 1920. p.01.

conscientização, apontando dificuldades, denunciando problemas, desqualificando os analfabetos, propagando a educação, instrução e alfabetização. As edições da Gazeta do Norte, na sua totalidade, abordam o tema educação, cujas publicações enfatizavam, de modo categórico, a obrigatoriedade do ensino. Observamos nessas reportagens um tom de exigência para que as escolas fossem ampliadas e a instrução alcançasse aqueles que se encontravam no “desalentador regime de analfabetismo”. O jornal cumpria a função de instigar os cidadãos a lutarem por essa causa a fim de atenuar o analfabetismo.

De forma recorrente, as edições retratam o analfabetismo sempre relacionando a questões de poder e liberdade. Na edição de fevereiro de 1919, constatamos a relevância, que o jornal imprime ao fato de que, uma nação sem instrução jamais será livre, visto que, seu povo, por ser analfabeto, não tem consciência de seus deveres e direitos.

Nenhum factor tem maior coefficiente em prol da liberdade, do engrandecimento de um paiz, que a instrucção. Sem instrucção nunca teremos conhecimento perfeito dos nossos deveres e dos nossos direitos – seremos eternamente um povo escravizado, sem a menor somma de liberdade (GAZETA DO NORTE, 15 fev 1919, p. 02).

Em agosto de 1920, outra publicação ressalta os valores inerentes à instrução e à alfabetização, chegando a incitar a população para que, a propaganda do ensino se tornasse uma bandeira de combate como a deflagrada pela escravatura e mudança de governo,

Um dos grandes problemas nacionaes, talvez o maior certamente, é o de fornecer instrucção a esses milhões de brasileiros que vivem no mais desalentador regimem de analphabetismo. A propaganda do ensino e da instrucção deve ser agora uma bandeira de combate, como o foi em outros tempos a da abolição da escravatura e da mudança de Governo, de Monarchia para República (GAZETA DO NORTE. nº 109, 7 ago. 1920, p. 01).

Também na edição de 26 de agosto de 1922, trouxe a tona, a obrigatoriedade do ensino como forma de extirpar o analfabetismo. Para o jornal, deveriam, até mesmo, serem premiados, aqueles que tirassem um só indivíduo das trevas do analfabetismo.

Neste anno deveríamos commemorar o início de uma propaganda systemática pelo ensino obrigatório, de verdade, pelo ensino ambulante, levado a todos os extremos da nossa vasta Pátria, com prêmios a todos aquelles que tirassem um só individuo que fosse, das trevas do analphabetismo (GAZETA DO NORTE, 26 ago. 1922, p. 1).

Nas representações produzidas pela Gazeta do Norte, os governos eram negligentes quanto à questão educacional, não provendo a região Norte Mineira do seu maior fator de progresso, a falta de escolas e a inadequação de suas condições era o “grande mal” a ser combatido. Segundo Veloso (2008), em 1919, ao defender a instalação de escolas noturnas, a Gazeta do Norte argumentou que, a alfabetização era capaz de agir sistematicamente na prevenção da vadiagem e “os crimes seriam praticados em menor número, porque o analfabetismo é o motor principal dos crimes” (GAZETA DO NORTE, 1919). A criação da escola noturna foi considerada como ação importante na cruzada contra o analfabetismo, mas, segundo o jornal, seus potenciais alunos não se conscientizaram de que deveriam frequentá-la, preferindo a vadiagem em lugar da educação.

Foi um grande bem, mas a escola nocturna ahi está com pequena freqüência, ao passo que seus alumnos vagueiam pelas ruas ou frequentam as tavernas e as casas de jogos prohibidos, onde, em contrastes com os conhecimentos que deveriam receber na escola, são contaminados pelo vicio, pela perdição, e, em vez de homens úteis à sociedade, surgem delles, não raro, os criminosos inveterados, indivíduos prejudiciaes à sociedade [...] a essas escolas, principalmente, deveria ser applicada a obrigatoriedade do ensino, punindo severamente esses moços transviados, mas que se salvariam facilmente se a lei os obrigasse a receber instrucção. E, dada a capacidade salvadora da instrucção, até mesmo a polícia deveria ser chamada para auxiliar aos professores de taes escolas, porque está no seu dever reprimir a vagabundagem – seria uma violência, mas uma violência que produziria os melhores benefícios à sociedade em geral. (GAZETA DO NORTE. nº 33, 15 fev. 1919, p. 2).

Segundo Veloso (2008), a escola era vista como uma necessidade, por ser o lugar da formação moral, trabalho produtivo, consciência dos deveres e direitos. Ter conhecimento dos direitos retirava os cidadãos da inércia e da apatia, possibilitava a ação, impulsionava-os a reagirem contra erros e desmandos cometidos, em favor de seus legítimos interesses e do bem social. Por essa lógica, se a educação era compreendida como condição para a ação consciente, alavanca do progresso, motor do desenvolvimento, salvação nacional; o seu oposto era o analfabetismo e a ignorância. A partir desses conceitos de ignorância e analfabetismo, construiu-se a ideia de nação atrasada, composta por uma população apática, escravizada, pouco consciente de seus direitos e responsabilidades. A educação, portanto, seria a primeira tarefa, para a qual deveriam se encaminhar investimentos e esforços. A

notícia, abaixo, chama a atenção para a importância de governos bem intencionados, cuja preocupação seja acabar com o analfabetismo.

Constitue uma das maiores preocupações dos governos bem intencionados e patriotas, o combate, por todos os meios do analfabetismo, a causa primacial do estado de apathia do povo brasileiro, incapaz, por falta de instrução, de compreender os seus direitos e deveres (GAZETA DO NORTE, 4 set. 1920, p. 01).

Com a reabertura da Escola Normal e a regularização de seu funcionamento em 1923, é possível perceber um deslocamento nos discursos. Permanece a crença no poder da educação e da instrução. A representação, ainda, é de alfabetizar e instruir para se obter a civilização e o progresso, mas as ações desenvolvidas sofreram modificações. A Escola passou a ser uma aliada do jornal, contribuindo para sua missão educativa. Por essa parceria, os discursos do jornal assumiram uma natureza pedagógica, procurando direcionar as ações educativas no lar e na escola. Nos anos de 1930, um novo cenário, produzido pela adesão dos professores da Escola Normal ao movimento da Escola Nova, definiu um refinamento nas discussões sobre o ler e escrever no contexto montes-clarense.

Essa ampliação dos significados conferidos ao aprendizado da leitura e da escrita, debatido na Gazeta do Norte, corroboravam as ideias renovadoras da época, que eram versadas pela Revista do Ensino⁹, desde 1930, por José Raymundo Netto, Assistente Técnico do Ensino. Para Netto, os Estados Unidos tinham inovado seu ensino, aumentando os currículos destinados às camadas populares para além do ler, escrever e contar. Conforme o autor,

Nós começamos, apesar das incréus ou rotineiras, a perulstrar essa mesma estrada palmilhada pelos Estados Unidos há 40 ou 50 annos; estamos no início da jornada, é bem certo, e temos deante de nós grandes obstáculos a vencer; mas também é certo que o movimento innovador toma vulto e vai ganhando corações, dia a dia (RAYMUNDO NETTO, 1930, p. 04).

Portanto, era imperativo difundir para toda a população, a alfabetização e a instrução. O bem-estar da coletividade seria, então, construído a partir da instrução, que propiciaria a civilização e evolução de uma nação, igualmente, desenvolvida. Por esse motivo, a Gazeta do Norte produziu representações, propagou os benefícios da educação, acreditou na instrução e na alfabetização, sensibilizou seus leitores, agregou-se à Escola Normal e disseminou

⁹ Ver em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/467.pdf>

conhecimentos pedagógicos, que visavam “preparar sacerdotisas da desanalfabetização do nosso querido Brasil” (GAZETA DO NORTE. nº 895. 13 de janeiro de 1934, p.2).

A Gazeta do Norte teve papel preponderante, não somente pelas próprias representações, mas, também por aquelas produzidas pela escola, colocando-as em circulação e ampliando o alcance das imagens e símbolos erigidos. Nesse processo, visitantes “ilustres”, a direção da escola, o corpo docente, bem como os eventos comemorativos promovidos pelo educandário foram noticiados e enaltecidos pelo jornal, confirmando e dando valor simbólico à Escola Normal.

Essas representações eram mecanismos de legitimação do jornal, ressaltando o seu papel junto à comunidade. Como as representações não são neutras, mas inscrevem-se no plano dos interesses de quem as produz, em determinadas ocasiões, a Gazeta do Norte, caracterizava Montes Claros como uma cidade não civilizada, o que nos leva a inferir o interesse do jornal em reivindicar melhorias para a cidade a partir do discurso de cidade pobre e miserável, cuja maioria da população era constituída de analfabetos. Ou seja, quando fazia denúncias, reivindicava investimentos públicos, tecia críticas ao estado de abandono pelos poderes públicos ou mesmo ao descuido da sua população. A cidade era apresentada como atrasada, onde as pessoas viviam em condição de penúria, com uma educação defeituosa e problemática. Por outro lado, em situações de festejos e homenagens, era apresentada como um lugar evoluído, civilizado e constituído de pessoas ilustres e respeitosas.

Adotando essa estratégia, que procurava ocultar ou desvelar algumas facetas da realidade, em 1947, momento em que estava no auge a Campanha de alfabetização de adultos no Brasil, a Gazeta do Norte apresentou a cidade em sua condição de atraso e apontou o governo municipal como responsável. Nas palavras do jornal: “temos a vergonha e humilhante certeza de verificar o nosso retrocesso, a nossa penúria, sob tal ponto de vista, em relação aos analfabetos” (GAZETA DO NORTE, 1947, s.p.).

O jornal, como forma de confirmar a sua preocupação com o descaso das autoridades em relação àqueles que não sabiam ler e escrever, lançou uma matéria apelativa intitulada “A você que sabe ler para que transmita aos que não sabem: QUEM NÃO SABE LER E ESCREVER:

- Não pode compreender o que significa a liberdade;
- Não dispõe de condições para vencer na luta da própria subsistência;
- Não pode sentir-se seguro diante dos letrados;

- Não pode colher informações que o habilitem a bem raciocinar sobre a vida política, social, religiosa, a econômica e artística de sua Pátria;
- Não pode sentir nem admirar os grandes documentos escritos que atestam o progresso humano;
- Não pode gravar no papel as suas próprias idéias;
- Não dispõe de elementos para o aperfeiçoamento de sua própria personalidade.

É FÁCIL E RÁPIDA A APRENDIZAGEM DA LEITURA!

Indique aos analfabetos que conheça uma das classes de ensino supletivo.

(GAZETA DO NORTE. nº 1024, 21set. 1947, p. 4).

A citada matéria lista uma série de benefícios para quem domina o código escrito e afirma que é muito fácil e rápida a aprendizagem da leitura, assim, conclama os letrados a arrebanharem os analfabetos. O teor da matéria, por mais que revelasse uma preocupação com os analfabetos, evidencia também, um grande preconceito aos que não dominavam a leitura e a escrita, visto que, esses, conforme a reportagem, eram considerados incapazes em vários aspectos, inclusive de raciocinar sobre a vida política, social, religiosa, econômica e artística do país.

Reportando à ideia de civilidade e progresso, representada pelo jornal, em 1953, quando a Escola Normal já estava restabelecida e equiparada às escolas oficiais mineiras. A cidade foi, então, considerada como lugar de progresso e desenvolvimento. Conforme matéria do dia 08 de novembro de 1953,

Repercutio de forma agradável e simpática em nosso meio, o recente ato do governo do estado ordenando o funcionamento da Escola Normal de Montes Claros, cidade do progresso e de grandes possibilidades. Essa importante conquista para a instrução em nossa terra é devida em grande parte ao patriótico esforço do nosso ilustre representante na Câmara Estadual deputado Antônio Pimenta que a essa causa se dedicou incansavelmente, até ver coroado o seu trabalho do mais belo êxito, tornando-se assim credor da gratidão dos seus conterrâneos por mais esse grande serviço prestado a nossa terra. Recebemos o radiograma que abaixo publicamos: “Gazeta do Norte-Montes Claros. Por ato do Sr. Secretário de Educação, acaba de ser nomeado o Dr. Plínio Ribeiro, diretor de nossa Escola Normal. As aulas deverão começar em primeiro de março”.

Apresento calorosas felicitações a nossa população, grande melhoramento concedido pelo eminente governador Juscelino Kubsticheck. Saudações cordeaes- Antônio Pimenta (GAZETA DO NORTE. nº 2.177, 08 nov. 1953, p. 4).

O posicionamento da Gazeta do Norte em relação a reabertura e equiparação da Escola Normal às escolas oficiais revela a posição idealista assumida pelo jornal, alicerçada no desejo de construir a cidade como lugar desenvolvido e civilizado. Em outros momentos, quando os problemas pareciam ser maiores do que a capacidade de ação, posicionava-se de modo realista, manifestando insatisfação com as condições em que a educação se encontrava. Uma matéria datada de 1946, intitulada Escolas para o Brasil, conclamava os prefeitos do interior para o problema do analfabetismo,

O sr. Fioravanti Piero, atual secretario da Educação do Distrito Federal, vem de empreender a mais intensa campanha contra o analfabetismo.

Como se sabe, existem na Capital da Republica nada menos do que 800.000 analfabetos! As escolas existentes eram poucas para solucionar o maior problema com que nos debatemos: a instrução. Alem de poucas, acontecia que, sendo a maior parte dos analfabetos trabalhadores, tinham eles todo dia ocupado em seus empregos.

A criação, pois, de numerosas, vastas e aparelhadas escolas noturnas, foi uma providencia sábia e patriótica.

O combate ao analfabetismo deve ser o maior empenho de todos os governos. Enquanto a nossa população for composta de analfabetos ou semi-analfabetos, o Brasil marchará para o progresso a passo de cágado.

Os prefeitos daqui do interior deveriam imitar tão grande iniciativa do Sr. Fioravanti Piero.

Com mentalidades desenvolvidas, toda a medida tomada para o desenvolvimento de todas as atividades certamente que encontraria muito melhor eco e os resultados não se fariam esperar.

Escolas, muitas escolas para adultos, eis que o Brasil precisa. (GAZETA DO NORTE. nº 1702, 31 mar. 1946, p. 1).

Em outra matéria, também de grande repercussão, intitulada “Urbanismo e Educação”, publicada em 20 de abril de 1948, abaixo relacionada, evidencia o posicionamento crítico do jornal ante o analfabetismo da população. A Gazeta do Norte, mais uma vez, assume sua postura acusativa, apontando os motivos que obrigavam os homens do campo a se deslocarem para as cidades em busca de melhores condições. O jornal é categórico quando diz que, os incultos, analfabetos e ignorantes se tornam presas fáceis, são aliciados e explorados por comerciantes inescrupulosos.

Verifica-se um conflito de interesses, revelando, conforme pondera Zicman (1985), censura imediata e instantânea. O jornal, para atender seus objetivos, se posiciona criticamente ao governo, em defesa da população; e em outros momentos deprecia essa

população, considerando-a incapaz. Nesse sentido, conforme suas intenções, até mesmo o tom da matéria e estilo da escrita, são alterados, revelando que, algumas “verdades” foram ditas de forma mais espontânea e menos censurada.

É muito freqüente, em nosso país, o fenômeno das migrações humanas, levadas e levas de indivíduos se deslocam, como num verdadeiro êxodo, de certa localidade, cidade ou município onde as condições de vida lhes parecem mais favoráveis. Foi assim que se povoaram as fazendas do sul; foi assim que se desenvolveram os seringais do Norte.

No Nordeste, acossados pelo flagelo das secas, o abandono dos sertões é um fenômeno periódico, transportando-se o trabalhador rural com sua família e seus modestos haveres para as grandes cidades quase sempre no litoral.

Homens **incultos, analfabetos, ignorantes** são quasi sempre prêsas dos negociantes inescrupulosos, que os **aliciam e os exploram miseravelmente**, verificando-se então uma nova **escravidão**, mais **deprimente** e mais **vergonhosa** do que a abolida em 13 de maio.

É tarefa dos governos, auxiliados pela iniciativa particular, esclarecer as populações, educá-las convenientemente, para livrá-las da escravização econômica dos nossos dias, fixá-las ao solo, ensiná-las a aproveitar os recursos naturais, retirando da terra os seus próprios meios de subsistência.

È ao lado dessa assistência econômica, assistência educacional, sem o que todo o trabalho será perdido. Foi este o pensamento do Governo Federal, quando fundou em todo o país mais de 10.0000 classes para alfabetização de adolescentes e adultos (GAZETA DO NORTE. nº 1770, 20 abr. 1948, p. 2) (Grifos meus)

Publicada em 14 de novembro de 1948, outra matéria apresentou severas críticas aos governos estaduais e federais, responsabilizando-os pelo atraso cultural da cidade. Essa matéria, de autoria de Zimbardi, com o título “O problema da alfabetização”, apresenta dados estatísticos, que revelam a posição desfavorável da nação brasileira por conta do alto índice de analfabetos, considerando que, de cada 100 brasileiros, 75 não sabiam rabiscar o próprio nome. Alguns trechos da reportagem são bastante eloquentes:

É certo e sabido que da alfabetização- em grande escala- dos brasileiros, depende o levantamento de nosso nível cultural e da independência financeira do Brasil (aumento da produção). Considero este **problema** como elemento **primordial** entre as **calamidades** que dia a dia **corroem o organismo da Nação**. Todavia, não poderemos nunca evoluir e ficarmos verdadeiramente independentes, enquanto figurarmos em **penúltimo lugar** no mapa estatístico de alfabetização entre as demais nações, com a **insignificante porcentagem de 75%**. O que equivale dizer que em cada **100 brasileiros, 75 não sabem rabiscar o próprio nome**. Entretanto, esta

porcentagem atinge todo o território nacional, mas si estudarmos separadamente o Estado de **Minas Gerais**, verificaremos que este ocupa o **10º lugar** em todo o Brasil. A população de Minas está calculada aproximadamente em seis milhões de habitantes e, infelizmente, registra a cifra de quase **quatro milhões e meio de analfabetos, ou seja, 75º da população é analfabeta.**

Os dados aqui apresentados não foram colhidos aereamente, pois possui livros sobre o assunto e mapas estatísticos do Arquivo Nacional, o que será fácil averiguar. Creio, outrossim, que uma grande parte de brasileiros reconhece profundamente esta verdade. É de **lamentar essa angustiada situação!** [...] Possuímos **uma campanha Nacional de Alfabetização que pouco tem produzido para suavizar essa situação.** Os governos passados **abandonaram por completo este sério e gravíssimo problema.** Preocuparam-se com outros assuntos de somenos importância, deixando ao **léo da sorte o nosso nível de cultura** e, conseqüentemente, o aumento de nossa produção. No curto espaço de seis anos, o SENAI apenas instalou menos de 15 escolas de aprendizagem, número este aumentado embora também reduzido pelo atual Presidente da República. Convém assinalar que estas escolas foram instaladas apenas para o ensino técnico. E qual a contribuição para nossa **desalfabetização?** Nenhuma. Qual o motivo dessa **indiferença** pelos destinos de nossa Pátria? Dispenderam vultuosas importâncias com outros problemas de ordem secundária, quando poderiam ter ordenado á instalação de **milhares de escolas de alfabetização por todo o País** (GAZETA DO NORTE. nº 1770, 14 nov. 1948, p. 2) (Grifos nossos).

De tal modo, a matéria foi apresentada com dados estatísticos, bem fundamentados, argumentando, inclusive, que se alguém duvidasse da veracidade, poderia averiguar em documentos comprobatórios. Nessa perspectiva, o jornal assumiu frente à população, um papel de porta-voz e de construtor da cidadania, uma vez que, a formação histórica dessa sociedade, não favoreceu o desenvolvimento da consciência, da responsabilidade e do comprometimento para com os não alfabetizados. A imprensa, ao assumir essa postura, deixa para a posteridade a imagem de pessoas frágeis e facilmente manipuladas, que não tinham condições de colocar em prática sua categoria de cidadão, condição essa, já concedida pela constituição de 1891. O ataque era diretamente dirigido aos “manipuladores” do povo, ou seja, às autoridades federais e estaduais e, para se apresentar como um jornal democrático, à frente do seu tempo, demonstrava indignação com os atos e práticas das autoridades.

Aferimos, pois, que, o jornal Gazeta do Norte, ao denunciar o analfabetismo como um elemento primordial entre as calamidades, que dia a dia corroíam o organismo da Nação, associava o problema ao não desenvolvimento financeiro do país, corroborando a hegemonia

dos grupos dominantes, que organizavam ideologicamente as ideias e determinavam o público para o qual deveriam ser difundidos esses conceitos. O jornalista, responsável por esta articulação intelectual, ganha notoriedade em função do poder simbólico que detém. Gramsci (1989) descreve o jornalista como o executor do grupo dominante, mediatizador das ações, divulgando o simbolismo e buscando o consenso espontâneo da população.

Para Barbosa, acontece na imprensa daquela época, a união dos diferentes, enquanto essa era a porta-voz da elite política, também se apresentava como a representante do povo, uma massa formada por um grande número de analfabetos “Não há cidadania suficiente para a população chegar às adjacências do poder, cabe ao jornalismo, o papel auto instituído de intermediar as chamadas causas do povo” (BARBOSA, 1997, p. 164).

Diante do exposto, ajuizamos que, o Jornal Gazeta do Norte, naquela época, queria se posicionar como um jornal astuto, avançado, que procurava estabelecer uma estreita relação com a população, dando a entender que, “falava a língua deles”. Entendemos que, essa era uma estratégia usada para prender o leitor e forjar um posicionamento de benevolência para com os menos favorecidos. Nas inúmeras matérias publicadas sobre a educação, o analfabeto era constantemente retratado de forma preconceituosa, excludente, criando estereótipos como: “papagaio velho não pega fala”.

Alfabetização de adultos

Como todos sabemos, existem disseminados por este Brasil a dentro centenas e mais centenas dessas escolas de emergência, cuja criação não deixa de ter sido **um gesto de boa vontade do governo** passado, mas que outro objetivo não podem ter, além deste: **fabricação de eleitores em massa**.

Papagaio velho não pega fala- uma grande verdade: Raquel de Queiroz nos diz em uma das suas crônicas, **que antes um analfabeto do que um ignorante alfabetizado**. Estamos com ela. O que se estabelece é uma série de confusões nos **cérebros já confusos das nossas empregadas**. As **pobres** se vêm tontas diante das lições de gramática só aplicáveis às séries mais adiantadas do curso primário e se entregam a **esforços tremendos** diante de problema de aritmética apresentados a quem mal sabe desenhar os números...

Conheço uma, por exemplo, que conseguiu grande coisa- realizou o maior dos sonhos que vinha sonhando, desde que entrou para a escola: escreveu uma carta ao filho. E ainda conseguiu aprender a recitar o ofício de Nossa Senhora, a copiar cânticos sacros para entoar na igreja, coisa porque há tempos suspirava. No entanto, **levou bomba a pobre**, pois não havia ninguém capaz de lhe meter na **cabeça cansada** as diversas expressões com que classificamos as palavras quanto ao número de sílabas e á acentuação. Ficou apaixonada, mas não quis nos confessar o **fracasso**. Não ficaria bem para ela, que contou á gente, durante todo o ano, as vantagens que possuía sobre as demais colegas de classe. Soubemo-lo por outrem e sofremos com ela, sem comentários que pudessem **humilhar a dor** daquela primeira derrota no campo das letras... (GAZETA DO NORTE. nº 1939, 08 abr 1.951, p.1) (grifos nossos).

Compreendemos que, o jornal desempenhou uma função primordial para o fortalecimento dos papéis sociais na política do município, um veículo a serviço das ideias da elite, defendendo interesses da classe dominante, suas ideologias e visão de mundo. Como instrumento de poder, a imprensa teve uma importância fundamental nas mãos de quem detinha essa estrutura: modelar e manipular a opinião pública. Dessa forma, as informações dos jornais possibilitavam a construção de realidades imaginárias, objetivando a integração fictícia da sociedade no seu conjunto.

Como as demais cidades do interior norte-mineiro, Montes Claros também era pacata e modesta, conforme assevera Wirth (1982), se o lugar é um marco da cultura mineira, a cidade pequena é o coração. Apesar de todas as mazelas mencionadas, de todo poderio ostentado pela figura do coronel, de todo desmando a serviço da classe dominante, não há como negar que, a Gazeta do Norte contribuiu para o desenvolvimento e, em certa medida, promoveu o progresso em Montes Claros. A cidade é fruto de uma herança política conservadora, onde as condições sociais, econômicas, educacionais e políticas foram se modificando e deixando o seu legado, ao privilegiar o projeto de uma elite que tinha acesso à educação e à cultura.

O imaginário e o simbólico apreendido pela sociedade montes-clarense foi, facilmente, assimilado onde o poder político local desempenhava à revelia e autoritariamente o seu papel. Para Baczko “O imaginário social é, pois, uma peça efectiva eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais” (BACZKO, 1985, p. 296). A visão ideológica, que era sustentada pelas elites e assimilada pela maioria da população originou-se na premissa que, todos eram “livres”, inclusive, para comprar e vender, consumir e investir, dando a ideia de liberdade que, na verdade, estava condicionada aos interesses particulares da elite.

As representações apreendidas pela coletividade, no entanto, alicerçadas por essa visão ideológica da classe dominante, que era as elites locais, legitimavam e sustentavam a hegemonia do poder em contraposição aos anseios de um subgrupo da sociedade, que acreditava e queria, mesmo que, individualmente e em estado de dispersão, segundo a literatura da época, uma liberdade imaginária e participativa. Foram os religiosos, fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais como advogados, doutores, farmacêuticos e mestres da instrução pública, que deram origem as elites locais, constituindo em si, uma imposição simbólica de classe dominante.

Numa cidade em que os jornais tinham vida curta, em que as iniciativas de outros empreendedores se frustraram, a Gazeta do Norte permaneceu em circulação por mais de quarenta anos. Conforme o historiador montes-clarense, Paula (1957), no período de 1884-1957, Montes Claros contou com 53 empreendimentos jornalísticos, que foram instalados e encerraram suas atividades com pouco tempo de funcionamento (PAULA, 1979). Essa instabilidade indica que a sobrevivência da Gazeta do Norte dependia de adesão e aceitação da elite local, potencial consumidor desse produto cultural.

De forma a conquistar o seu lugar próprio, a Gazeta do Norte estabeleceu relações com o “lugar do outro” (CERTEAU, 1999), realizando operações, que visavam conferir sustentabilidade e legitimidade às ações e à atuação do seu empreendimento jornalístico. Como estratégia para garantir permanência e circulação, utilizou-se de recurso fundamental, adotou e alimentou os projetos de desenvolvimento imaginados e sonhados pela elite da cidade de Montes Claros, para os quais seus intelectuais trabalhavam.

Neste contexto foi possível demonstrar e analisar o lugar da pesquisa, o espaço de ensinar, o papel da imprensa e a força das palavras registradas com relação à representação da elite letrada reafirmando acordos de coronéis, favores trocados entre a elite, preconceitos reafirmados para com os analfabetos, desvalorização e mitificação das professoras, redução do salário rural em relação ao estado.

Á TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para ampliar a compreensão dos processos educacionais da cidade de Montes Claros- MG, demonstrando as conexões existentes entre a história local, regional e nacional e conferindo visibilidade ao papel da imprensa nessa configuração. Essa história se desenvolveu em um período marcado por muitas transformações sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira e refletiu, de forma contundente na educação, estimulando propostas de reformas institucionais voltadas para a erradicação do analfabetismo. Nessa perspectiva, a educação tornou-se responsável pelas mudanças, que deveriam acontecer no país, para construir a nação e configurou-se de maneira mais doutrinária, com caráter autoritário e nacionalista no período do governo do Estado Novo.

Pensar essas questões nos permitiu (re)ver posicionamentos acerca da educação em Montes Claros, bem como sua articulação via imprensa local. Essa (des) (re)construção acerca da temática, só foi possível por causa da execução do projeto denominado “Histórias de

alfabetizadoras de adultos em Montes Claros: modo de pensar, sentir e agir (1970-1980)”. Trabalhar com fontes tão diversificadas constituiu um dos nossos objetivos na pesquisa, entre eles, documentos oficiais, história oral e imprensa.

Enfim, o estudo se fez de forma coletiva por meio de intensas e profícuas descobertas em equipe. Partilhá-las se faz necessário. Contudo, nada é conclusivo e investir em mais pesquisas poderá compor um quadro, no mínimo, interessante acerca desse objeto de análise. Estudemos...

FONTES

- a) Jornais Gazeta do norte (1940 – 1980)
- b) Jornal do Norte (1940 – 1980)
- c) Documentos da Câmara Municipal de Montes Claros
- d) Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Portuguesa, v.5: Antropos-Homen, 1985.

BARBOSA, Lima Sobrinho. **O problema da imprensa**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

BRITO, Gy Reis Gomes. **Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e pelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1930)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.

DURÃES, Sarah Jane Alves. **Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)**. (Tese doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Educação: História, Política e Sociedade, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. São Paulo: USP, 1996.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional** (Norte de Minas Gerais). Belo Horizonte: UFMG, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

NETTO, José Raymundo. Escola activa: liberdade e disciplina. **Revista do Ensino: órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução**. Ano V. n° 44. Abril de 1930, p. 04.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes**. Rio de Janeiro, 1957.

_____. As origens de Montes Claros: depoimento de Hermes de Paula. In: **Montes Claros em Foco**. Ano XII n°36, agosto de 1979.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2002.

SILVEIRA, Ivonne, COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Academia Montesclarensense de Letras, 1999.

VELOSO, Geisa M. **A missão “desanalfabetizadora” do Jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros. (1918-1938)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

VIANA, Urbino de Souza. **Monografia de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Montes Claros, 1916.

WIRTH, JOHN DONA **Minas Gerais na Federação Brasileira. 1889- 1937**. O fiel da Balança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros)

ZIMBARDI, Kenneth M. **A formação reflexiva dos professores: idéias e práticas**. Lisboa: Educa 1993.

Artigo recebido em: outubro de 2017

Artigo Aceito em: dezembro de 2017